

**RELATÓRIO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO
2008-2010**

**DESEMBARGADORA BEATRIZ FIGUEIREDO FRANCO
(Gestão 2008-2009)**

GOIÂNIA-GO
2009

APRESENTAÇÃO

De acordo com o disposto no Regimento Interno do Tribunal Regional Eleitoral de Goiás incumbe a esta Presidência apresentar, até o segundo mês que sucede à sua posse, um Plano de Gestão para este Regional e, ao término do mandato, o relatório indicativo da situação da Justiça Eleitoral goiana, suas necessidades para a próxima administração e demais problemas relacionados ao serviço eleitoral.

Quanto à apresentação do Plano de Gestão, foi entregue ao Tribunal Pleno, em julho de 2008, o Planejamento Estratégico 2008-2010, instrumento que materializou, ineditamente, não só as ações de curto e médio prazo caracterizadoras, conceitualmente, da pretensão regimental de um Plano de Gestão, mas, também, estabeleceu metas estratégicas de longo prazo, a serem desenvolvidas durante a vigência do Plano Plurianual.

Essa característica do Planejamento Estratégico 2008-2010, consubstanciada na existência de metas que perpassam o estreito mandato da Presidência, alcançando necessidades administrativas marcadas pela continuidade e complexidade, antecipou a recente manifestação do Conselho Nacional de Justiça, que determina a realização, ainda em 2009, de 10 (dez) grandes metas nacionais de nivelamento estratégico, dentre as quais, o desenvolvimento e/ou alinhamento de um planejamento estratégico para o Judiciário com uma perspectiva plurianual de no mínimo cinco anos.

Veja que o pensamento conceitual adotado nesse Planejamento Estratégico alçou a Justiça Eleitoral Goiana ao rol daqueles órgãos conectados às modernas práticas administrativas, deixando seguras bases sobre as quais se poderão construir as adaptações necessárias ao nivelamento estratégico do Judiciário Nacional.

Fundados, portanto, nas declarações estratégicas advindas da Missão, Visão e Valores Institucionais deste Regional, são apresentados nesse trabalho os resultados advindos da execução parcial das 27 Metas Estratégicas nesta Gestão, as quais seguem distribuídas nas quatro perspectivas agregadas na ferramenta de gestão denominado *Balanced Scorecard*.

Desembargadora Beatriz Figueiredo Franco

Presidente

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	1
2	VISÃO GERAL OLANEJAMENTO.....	2
3	DISTRIBUIÇÃO DAS METAS POR PAINÉIS/PERSPECTIVAS DO BSC.....	3
4	PERCENTUAL DE REALIZAÇÃO DAS METAS POR PAINÉIS/PERSPECTIVAS DO BSC.....	4
5	RESULTADO ANALÍTICO DAS METAS.....	7
5.1.	META 1 - NÚMERO DE AÇÕES DE RACIONALIZAÇÃO NO USO DE RECURSOS NATURAIS.....	8
5.2.	META 2 - NÚMERO DE AÇÕES DE RACIONALIZAÇÃO NO USO DE RECURSOS NATURAIS.....	9
5.3.	META 3 - REDUÇÃO DA TAXA DE CONGESTIONAMENTO NO TRIBUNAL REGIONAL.....	11
5.4.	META 4 - IMPLEMENTAR AÇÕES DESTINADAS À REDUÇÃO DA TAXA DE REFORMA.....	12
5.5.	META 5 - PERCENTUAL DE SATISFAÇÃO DOS USUÁRIOS.....	13
5.6.	META 6 - PERCENTUAL DE PERCEPÇÃO POSITIVA DA IMAGEM INSTITUCIONAL DA JUSTIÇA ELEITORAL>.....	14
5.7.	META 7 - IMPLEMENTAR AÇÕES DE MARKETING INSTITUCIONAL.....	15
5.8.	META 8 - PERCENTUAL DE ELEITORADO ATENDIDO EM SEDES PRÓPRIAS.....	16
5.9.	META 9 - IMPLEMENTAR AÇÕES DE CIDADANIA.....	17
5.10.	META 10 - NÚMERO DE INICIATIVAS RELACIONADAS AO APERFEIÇOAMENTO DAS ROTINAS ADMINISTRATIVAS.....	18
5.11.	META 11 – IMPLEMENTAR PROJETOS RELACIONADOS À SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO.....	19
5.12.	META 12 - INICIATIVAS RELACIONADAS AO APERFEIÇOAMENTO DAS INSTALAÇÕES FÍSICAS, LÓGICAS E TECNOLÓGICAS... ..	20
5.13.	META 13 – REENGENHARIA E REESTRUTURAÇÃO ORGANIZACIONAL DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO.....	22
5.14.	META 14 - NÚMERO DE AÇÕES VOLTADAS À ADEQUAÇÃO TECNOLÓGICA.....	23
5.15.	META 15 - TEMPO MÉDIO DE TRAMITAÇÃO DAS LICITAÇÕES NA MODALIDADE PREGÃO.....	24
5.16.	META 16 - DISPONIBILIZAÇÃO DOS DADOS ESTATÍSTICOS DO TRE-GO.....	25
5.17.	META 17 - MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDADE COM BASE NA METODOLOGIA DA NORMA ISO 9001.....	26
5.18.	META 18 - NÚMERO DE REALIZAÇÃO DAS INICIATIVAS ESTRATÉGICAS.....	27
5.19.	META 19 - IMPLEMENTAR O PLANO ANUAL DE AUDITORIA.....	29
5.20.	META 20 – AÇÃO DE MELHORIA DO CLIMA ORGANIZACIONAL COM BASE NAS ÚLTIMAS PESQUISAS.....	30
5.21.	META 21- NÚMERO DE AÇÕES DE INTEGRAÇÃO.....	31

5.22.	META 22 - AÇÕES DE QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO.....	32
5.23.	META 23 - NÚMERO DE EVENTOS DESTINADOS À DISSEMINAÇÃO DE CONHECIMENTO.....	33
5.24.	META 24 - PERCENTUAL DE RESPONSÁVEIS DE ÁREA CAPACITADOS EM GESTÃO.....	34
5.25.	META 25 - IMPLANTAR A GESTÃO POR COMPETÊNCIAS NO ÂMBITO DA JUSTIÇA ELEITORAL DE GOIÁS.....	35
5.26.	META 26 - OTIMIZAÇÃO DO GASTO PÚBLICO.....	36
5.27.	META 27 - PERCENTUAL DE AÇÕES ESTRATÉGICAS ATENDIDAS COM RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.....	38
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	39
6.1.	EXPOSIÇÃO DA SITUAÇÃO DA JUSTIÇA ELEITORAL.....	39
6.2.	NECESSIDADES PARA A PRÓXIMA ADMINISTRAÇÃO.....	40
6.3.	PROBLEMAS RELACIONADOS AO SERVIÇO ELEITORAL.....	41
7	CONCLUSÃO.....	42

INTRODUÇÃO

Este relatório apresenta os resultados parciais relativos à execução do Planejamento Estratégico 2008-2010 do Tribunal Regional Eleitoral de Goiás, no período de maio de 2008 a maio de 2009, e, em sua substância, procura demonstrar o desempenho desta Gestão quanto ao cumprimento de 27 (vinte e sete) metas estratégicas informadas por 106 (cento e seis) iniciativas advindas das diversas unidades do Tribunal, Zonas Eleitorais e Juízes Membros, além da Ordem dos Advogados do Brasil, Sindicato dos Servidores do Judiciário Federal, servidores do Tribunal e Zonas Eleitorais, enfim, de todas as partes relacionadas a esta Corte, representando um avanço em torno do que se chama de *public governance*, que inclui a oitiva de setores civis quanto ao processo de planejamento e de gestão de determinado órgão.

Os resultados visíveis nos indicadores de desempenho listados nos painéis do *Balanced Scorecard* pretendem a materialização dos objetivos estratégicos estabelecidos pelo Tribunal Regional de Goiás, a saber: melhorar a relação com o meio ambiente, promover a efetiva prestação jurisdicional, aproximar a justiça eleitoral da sociedade, modernizar e aperfeiçoar as estruturas físicas lógicas e tecnológicas, buscar a excelência operacional, promover um clima organizacional positivo, desenvolver competências profissionais, e, por fim, assegurar uma gestão eficiente, eficaz e efetiva, que zele pela equidade e economicidade dos recursos orçamentários a cargo deste Regional.

VISÃO GERAL DO PLANEJAMENTO

Uma leitura global do planejamento estratégico do Tribunal permite a constatação de que as metas estratégicas encontram-se distribuídas em quatro painéis ou perspectivas do BSC, quais sejam, sociedade, processos internos, aprendizado e crescimento e orçamento e fixadas em indicadores de eficácia, eficiência ou de efetividade, conforme demonstrações consolidadas mais adiante, havendo a necessidade de se alcançar determinados alvos em períodos ao longo da gestão, coincidentes com término do exercício financeiro e com o término do mandato da Presidência.

Tal concepção pretendeu, em primeiro lugar, garantir que as ações consideradas estratégicas fossem trabalhadas, monitoradas e demonstradas, ainda que de modo parcial, em instrumentos particularizados por exercício financeiro em procedimento similar ao adotado para a apresentação da Justiça Eleitoral em Goiás ao Tribunal de Contas da União, que este observa, no julgamento das contas, o exercício financeiro. De outro modo, a pretensão foi fixar marcos de comprometimento para cada um dos gestores que se sucedem nas administrações do TRE/GO, uma vez que em se delineando nortes plurianuais, há por certo uma contribuição *pro futuro* já que os gestores vindouros terão liberdade para planejar suas ações dentro de um contexto mais seguro e contínuo de desenvolvimento da instituição.

DISTRIBUIÇÃO DAS METAS POR PAINÉIS/PERSPECTIVAS DO BSC

PERSPECTIVA	META	DESCRIÇÃO DA META	% DAS METAS
SOCIEDADE	1	Número de ações de racionalização no uso de recursos naturais	33,33%
	2	Desenvolvimento de Ações de Conscientização Ambiental	
	3	Redução da Taxa de Congestionamento no TRE/GO	
	4	Implementar ações destinadas à redução da Taxa de Reforma das decisões do TRE/GO	
	5	Percentual de Satisfação de usuários.	
	6	Percentual de percepção positiva da imagem institucional da JE	
	7	Implementação de ações de marketing institucional	
	8	Percentual de eleitorado atendido em sede própria.	
	9	Implementação de ações de cidadania	
PROCESSOS INTERNOS	10	Número de iniciativas relacionadas ao aperfeiçoamento das rotinas administrativas	37,04%
	11	Implementação de projetos relacionados à Segurança da Informação	
	12	Número de iniciativas relacionadas ao aperfeiçoamento das instalações físicas, lógicas e tecnológicas	
	13	Implementação de projeto de reengenharia e reestruturação organizacional da Tecnologia da Informação	
	14	Número de ações voltadas à adequação tecnológica	
	15	Tempo médio de tramitação das licitações na modalidade Pregão	
	16	Disponibilização dos dados estatísticos do TRE/GO	
	17	Manutenção do SGQ com base na norma ISO 9001	
	18	Número de realização das iniciativas estratégicas	
19	Implementar o Plano Anual de Auditoria		
APRENDIZADO E CRESCIMENTO	20	Implementação de pelo menos uma ação de melhoria do clima organizacional baseada nas últimas pesquisas	22,22%
	21	Número de ações de integração	
	22	Ações de Qualidade de Vida no Trabalho	
	23	Número de eventos destinados à disseminação de conhecimento	
	24	Percentual de responsáveis de área capacitados em gestão	
	25	Implantar a Gestão por Competência no JEG	
ORÇAMENTO	26	Otimização do gasto público	7,41%
	27	Percentual de Ações Estratégicas atendidas com recursos orçamentários	

PERCENTUAL DE REALIZAÇÃO DAS METAS POR PAINÉIS/PERSPECTIVAS DO BSC

META	PERSPECTIVA	DESCRIÇÃO	PROPOSTO	REALIZADO	% DE REALIZAÇÃO
01	SOCIEDADE	Número de Ações de racionalização no uso de recursos naturais	04 Ações	04 Ações	100%
02		Desenvolvimento de Ações de conscientização ambiental	02 Ações	02 Ações	100%
03		Redução da Taxa de Congestionamento do Tribunal	Taxa máxima de 35% em maio de 2009	Taxa em 29%	100%
04		Implementar ações destinadas à redução da Taxa de Reforma das decisões do TRE/GO.	02 Ações	02 Ações	100%
05		Percentual de satisfação dos usuários	88%	88,59%	100%
06		Percentual de percepção positiva da imagem institucional da Justiça Eleitoral	78%	77,35%	100%
07		Implementação de Ações de Marketing institucional	Iniciativa n. 19 – Conheça Goiás	Projeto Concluído	100%
08		Percentual de eleitorado atendido em sedes próprias	28,5%	30,06%	100%
09		Implementação de ações de cidadania	12 Ações	14 Ações	100%

META	PERSPECTIVA	DESCRIÇÃO	PROPOSTO	REALIZADO	% DE REALIZAÇÃO
10	PROCESSOS INTERNOS	Número de iniciativas relacionadas ao aperfeiçoamento das rotinas administrativas	07 Iniciativas	06 Iniciativas	85,71%
11		Implementação de projetos relacionados à Segurança da Informação	01	01	100%
12		Número de iniciativas relacionadas ao aperfeiçoamento das instalações físicas, lógicas e Tecnológicas.	06 Iniciativas	06 Iniciativas	100%
13		Implementação de projeto de reengenharia e reestruturação organizacional da Tecnologia da Informação	01 Iniciativa até dezembro de 2009.	Em Andamento	Medição em dezembro 2009.
14		Número e ações voltadas à adequação tecnológica	11 Iniciativas	8 Iniciativas	72,72%
15		Tempo médio de licitações na modalidade Pregão	100 dias	101,88 dias	98,12%
16		Disponibilização de dados estatísticos do TREGO.	70%	70%	100%
17		Manutenção do Sistema de Gestão da Qualidade com base na Metodologia ISO 9001.	Manutenção da Certificação ISO 9001	Sistema Mantido e Expandido	100%
18		Número de realização de iniciativas estratégicas	22 Iniciativas	16 iniciativas	76,19%
19		Implementar o Plano Anual de Auditoria	Implementação do Plano Anual	Implementação Concluída	100%

META	PERSPECTIVA	DESCRIÇÃO	PROPOSTO	REALIZADO	% DE REALIZAÇÃO
20	APRENDIZADO E CRESCIMENTO	Implementação de ação de melhoria do clima organizacional baseada nas últimas pesquisas	01 Ação	01 Ação	100%
21		Número de ações de integração	06 Ações	07 Ações	100%
22		Ações de qualidade de vida no trabalho	06 Ações	06 Ações	100%
23		Número de eventos destinados à disseminação do conhecimento	10 Eventos	10 Eventos	100%
24		Percentual de responsáveis de área capacitados em gestão	100%	99,65%	99,65%
25		Implantar a Gestão por Competências no âmbito da Justiça Eleitoral	1ª Etapa	Etapa I Implementada	100%
META	PERSPECTIVA	DESCRIÇÃO	PROPOSTO	REALIZADO	% DE REALIZAÇÃO
26	ORÇAMENTO	Otimização do gasto público	Realizar as iniciativas: 99, 100, 101 e 103	Realizadas as iniciativas: 99, 101 e 103	75%
27		Percentual de Ações Estratégicas atendidas com recursos orçamentários	100% das Ações	100%	100%

RESULTADO ANALÍTICO DAS METAS

O resultado analítico das metas revela detalhadamente o cumprimento de cada qual, de modo a permitir ao leitor uma percepção das atividades do Tribunal no período de abrangência deste relatório, além de verter fundamentos, razões e conseqüências de eventuais situações em que determinadas metas, ou mesmo iniciativas que a informavam foram parcialmente alcançadas.

SOCIEDADE

OBJETIVO: MELHORAR A RELAÇÃO COM O MEIO AMBIENTE

META 01

Número de Ações de racionalização no uso de Recursos Naturais

Planejado

Implementar 04 (quatro) ações de racionalização dos recursos naturais até maio de 2009.

Situação

Percentual de 100% de êxito no cumprimento da Meta

Executado

No primeiro período de execução do planejamento (maio a dezembro/08), as equipes da Secretaria de Administração concluíram os procedimentos de Automatização dos equipamentos de climatização (ar condicionado) e dos circuitos de iluminação do Tribunal Regional Eleitoral (dispositivos setoriais de desligamento de lâmpadas elétricas), iniciativa de n. 61 do Planejamento;

No segundo período (Janeiro a maio/09) vêm-se os seguintes projetos:

- ✓ Redução na utilização de copos descartáveis;
- ✓ Campanha de Conscientização de Consumo de Energia;
- ✓ Elétrica;
- ✓ Coleta Seletiva Solidária.

Análise Crítica

Com o Planejamento Estratégico pretendeu-se promover a racionalização dos recursos naturais, e a partir da execução das iniciativas 1 a 4 foi alcançada a meta estabelecida.

Ainda permanece em andamento o projeto Compras Verdes que possibilitará a este Tribunal a efetivação de aquisições pautadas na responsabilidade ambiental, conforme já indicou o CNJ na Recomendação n. 11/2008 .

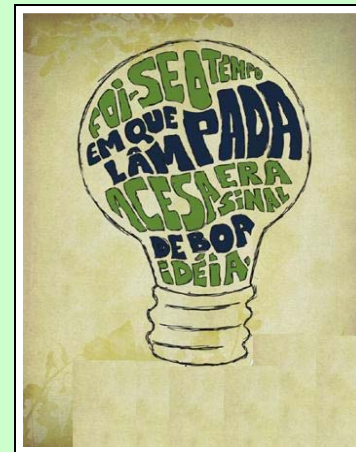
Indicador

Eficácia.

Responsável/articulador

Diretoria-Geral

Demonstração



Logotipo da campanha educativa de redução dos gastos com energia elétrica

SOCIEDADE

OBJETIVO: MELHORAR A RELAÇÃO COM O MEIO AMBIENTE

META 02

Desenvolvimento de ações de conscientização ambiental

Planejado

Desenvolver 02 (duas) ações que contribuam para a conscientização ambiental até maio/2009.

Situação

Meta cumprida.

Executado

1 - Projeto Eleições Verdes - Plantio de 2.617 mudas nativas do cerrado com a colaboração dos servidores do TRE-GO;
2 - Implantação do Programa Ambiental permanente, instituído pela Portaria da Presidência n. 101/2009.

Análise Crítica

Para a presente meta foram previstas inicialmente 05 (cinco) ações visando à conscientização ambiental de todos aqueles que se relacionam com a Justiça Eleitoral, do servidor à sociedade.

O grande ícone desta meta foi o projeto Eleições Verdes, cuja repercussão foi significativamente positiva, inclusive com incursões nas mídias televisivas de abrangência nacional.

Além deste projeto, no período, a Justiça Eleitoral empenhou-se em formalizar a continuidade de tais ações, criando, para tanto, um programa permanente focado na implementação de conscientização de preservação dos ecossistemas, ao encargo de uma Comissão oficialmente designada que ora desenvolve projetos destinados a alimentar a presente meta de sustentabilidade ambiental.

Somente com o Projeto Eleições Verdes pode-se listar as seguintes realizações:

- ✓ Celebração de convênio com a ANAMMA objetivando a doação de mudas;
- ✓ Apresentação do projeto no colégio Centro educacional Omni, em Goiânia;
- ✓ Encaminhamento do projeto a 1.200 escolas estaduais e conveniadas por meio da Secretaria de Educação de Goiás;
- ✓ Convênio entre o TRE-GO e a Agência do Meio Ambiente para o plantio de 1.000 mudas de espécies nativas em Goiânia;
- ✓ Plantio de 2.617 mudas no Parque Cascavel, em Goiânia;
- ✓ Doação de 3.500 mudas típicas do cerrado por parte da Justiça Eleitoral e candidatos à cidade de Luziânia;
- ✓ Doação de 700 mudas por parte dos servidores do Cartório Eleitoral de Novo Gama, candidatos e membros do Ministério Público Eleitoral daquela cidade;
- ✓ Cobertura da mídia escrita, televisiva e eletrônica às ações desenvolvidas.

Indicador

Eficácia.

Responsável/articulador

Secretaria de Gestão de Pessoas

SOCIEDADE

OBJETIVO: MELHORAR A RELAÇÃO COM O MEIO AMBIENTE

META 02

Desenvolvimento de ações de conscientização ambiental

Demonstração

18º Encontro da Anamma e Plantio das Mudas



OBJETIVO: PROMOVER A EFETIVA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL

META 03

Redução da taxa de congestionamento no Tribunal Regional Eleitoral

Planejado

Reduzir a Taxa de Congestionamento para 35% (trinta e cinco por cento) até maio de 2009.

Situação

Meta cumprida.

Executado

Redução da Taxa de Congestionamento para 26% em maio de 2009.

Análise Crítica

Após o levantamento e leitura dos dados que informaram o desempenho e a capacidade do Tribunal para julgar as demandas apresentadas no período, bem como aquelas constantes do seu estoque, aferiu-se uma taxa de 26% (vinte e seis por cento), superando o planejado para o período.

Algumas iniciativas estratégicas que estavam relacionadas à redução da taxa de congestionamento no Tribunal merecem destaque, dentre elas a realização do Concurso Público e a implantação do Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral.

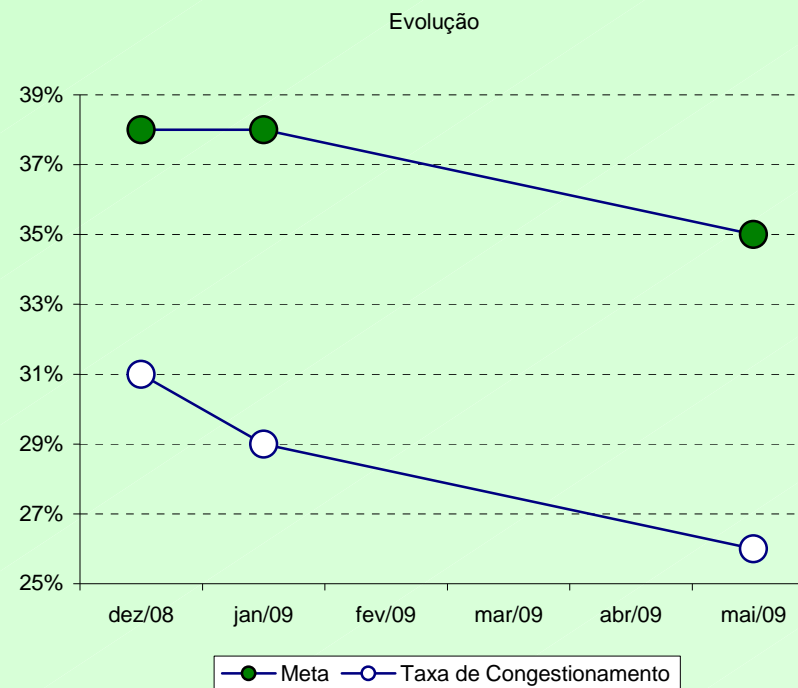
Indicador

Eficiência.

Responsável/articulador

Presidência

Demonstração



SOCIEDADE

OBJETIVO: PROMOVER A EFETIVA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL

META 04

Implementar ações destinadas à redução da Taxa de Reforma

Planejado

Implementar até maio/2009 02 (duas) ações visando à redução da quantidade de reformas, pelo Tribunal Superior Eleitoral, das decisões proferidas pelo Tribunal Pleno do TRE/GO.

Situação

Meta Cumprida

Executado

Até dezembro de 2008 realizou-se levantamento das informações estatísticas referentes aos anos de 2007 e 2008, as quais permitiram a apuração da Taxa de Reforma das decisões do TRE/GO, pelo Tribunal Superior Eleitoral.

Outra iniciativa diz respeito à oferta do Curso de Especialização em Direito e Processo Eleitoral aos servidores do Tribunal, cuja capacitação é preponderante para aprimoramento das atividades-fim, esperando-se reflexos na redução da Taxa de Reformas das decisões do TRE/GO.

Análise Crítica

As informações levantadas demonstraram que a Taxa de Reforma das decisões do TRE/GO pelo Tribunal Superior Eleitoral é pouco significativa.

Levantamento apurado a partir de números divulgados pelo Tribunal Superior Eleitoral indica que dos 405 processos julgados em 2008, provenientes do TRE/GO, apenas 31 foram objeto de reforma total ou parcial, culminando na reduzida taxa de reforma de 7,65%, ainda em dezembro de 2008. Quanto ao exercício de 2009, até o momento da confecção deste relatório a Taxa de Reforma manteve-se em patamares mínimos, representando o percentual de 5,55%

Indicador

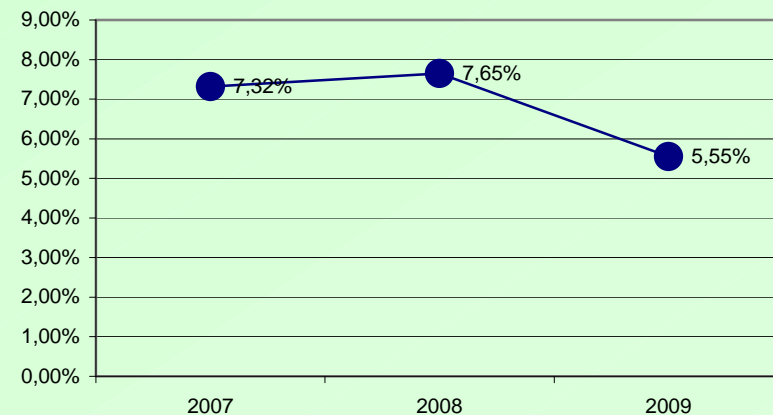
Eficiência.

Responsável/articulador

Presidência

Demonstração

Taxa de Reforma de Decisões



SOCIEDADE

OBJETIVO: APROXIMAR A JUSTIÇA ELEITORAL DA SOCIEDADE

META 05

Percentual de Satisfação dos usuários

Planejado

Por meio desta meta pretendeu-se verificar se o percentual de satisfação dos usuários da Justiça Eleitoral, em maio de 2009, estaria em 88% (oitenta e oito por cento).

Situação

Meta cumprida.

Executado

O percentual revelado pela pesquisa foi de 88,59% (oitenta e oito vírgula cinquenta e nove por cento)

Análise Crítica

Considerando a finalidade de prestar serviços com qualidade, atendidos os requisitos dos clientes (sociedade/eleitor), foram planejadas várias iniciativas estratégicas as quais potencialmente poderiam colaborar com objetivo estratégico de aproximar a Justiça Eleitoral da sociedade.

Nesse sentido, há de se destacar atividades tais como: implantação do terminal de auto-atendimento para advogados e interessados, participação da Justiça Eleitoral em atendimentos itinerantes, além da distribuição das Cartilhas da Cidadania (Manual de Eleitor – Eleições 2008).

Quanto à medição propriamente dita, procurou-se medir o grau de satisfação dos usuários com relação aos serviços prestados pela Justiça Eleitoral, e, para tanto, realizou-se pesquisa quantitativa estratificada, não-aleatória, com 448 (quatrocentos e quarenta e oito) respondentes, distribuídos em todo o Estado de Goiás, os quais avaliaram itens relacionados com a qualidade e eficácia dos serviços cartorários, bem assim quanto a requisitos de cortesia no atendimento ao público.

Indicador

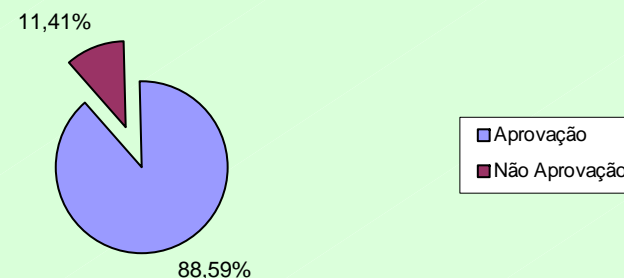
Efetividade.

Responsável/articulador

Diretoria-Geral.

Demonstração

META 5 - Percentual de Satisfação dos Usuários



SOCIEDADE

OBJETIVO: APROXIMAR A JUSTIÇA ELEITORAL DA SOCIEDADE

META 06

Percentual de percepção positiva da imagem institucional da Justiça Eleitoral

Planejado

Com o estabelecimento desta meta pretendeu-se aferir se a percepção positiva da imagem institucional da Justiça Eleitoral, em maio deste ano, estaria em 78% (setenta e oito por cento).

Situação

Meta cumprida.

Executado

O percentual revelado pela pesquisa foi de 78,72% (setenta e oito vírgula setenta e dois por cento).

Análise Crítica

A presente meta ocupou-se em avaliar a percepção da sociedade quanto à imagem institucional da Justiça Eleitoral visando à manutenção, em níveis elevados, da credibilidade e da confiabilidade da Justiça Eleitoral goiana perante os cidadãos, o que se daria com o indicador de 78% de percepção positiva. Com tal intuito, foi realizada pesquisa quantitativa estratificada, não-aleatória, com 448 (quatrocentos e quarenta e oito) respondentes, distribuídos em todo o Estado de Goiás. As perguntas versaram sobre a correção e fidelidade dos procedimentos cartorários, a exatidão dos votos extraídos da urna eletrônica, a efetividade e imparcialidade da atuação da Justiça Eleitoral contra excessos de campanha, a neutralidade dos servidores

da Justiça Eleitoral durante os trabalhos eleitorais. O índice aferido foi de 78,72% (setenta e oito vírgula setenta e dois por cento), superando a meta estabelecida.

Indicador

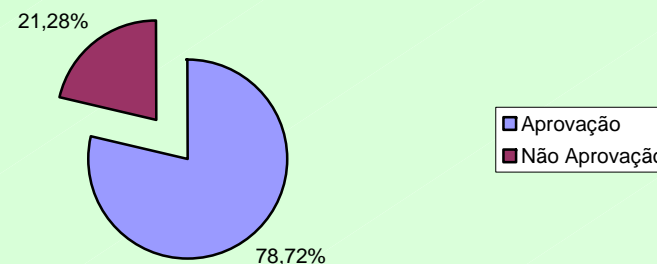
Eficácia.

Responsável/articulador

Diretoria-Geral.

Demonstração

META 6 - Percentual de Percepção Positiva da Imagem Institucional da Justiça Eleitoral



SOCIEDADE

OBJETIVO: APROXIMAR A JUSTIÇA ELEITORAL DA SOCIEDADE

META 07

Implementação de ações de marketing institucional

Planejado

Para sustentar esta meta, foram estabelecidas 03 (três) iniciativas estratégicas, cujas efetivas conclusões foram fixadas para maio de 2009, dezembro de 2009 e dezembro de 2010.

Situação

Meta cumprida.

Executado

Projeto Conheça Goiás.

Análise Crítica

A finalidade da presente meta está relacionada com a utilização de ferramentas de comunicação, com o propósito de divulgar a imagem institucional da Justiça Eleitoral.

No caso, três iniciativas encontram-se mapeadas para esse fim, quais sejam: o Projeto Conheça Goiás, o Memorial da Justiça Eleitoral e a Divulgação Institucional. A realização das iniciativas estratégicas acima deve viabilizar, por meio de elementos de comunicação e marketing, uma percepção positiva da Justiça Eleitoral, por parte da sociedade, em sua atuação institucional.

Para o presente momento, a atuação da unidade responsável correspondeu à implantação, no sítio da internet do TRE/GO, de informações acerca do potencial turístico do Estado de Goiás, informando o internauta sobre as belezas naturais e questões acerca da preservação da fauna e flora no Estado, servindo, ainda, como guia de lazer para o usuário.

Indicador

Eficácia.

Responsável/articulador

Assessoria de Imprensa e Comunicação Social

Demonstração

Não se aplica.

SOCIEDADE

OBJETIVO: APROXIMAR A JUSTIÇA ELEITORAL DA SOCIEDADE

META 08

Percentual de Eleitorado atendido em sedes próprias

Planejado

Ampliar para 28,5% o percentual de eleitores atendidos em Zonas Eleitorais alocadas em sedes próprias.

Situação

Meta cumprida.

Executado

O percentual foi ampliado de 26,57% em dezembro de 2008, para 30,06% em abril 2009.

Análise Crítica

Com a conclusão da sede do cartório Eleitoral de Uruaçu em 18/07/08, o percentual previsto para dezembro de 2008 foi alcançado contribuindo para um melhor atendimento à sociedade, além de garantir melhor ambiência de trabalho para juízes, promotores e servidores da Justiça Eleitoral, proporcionando-lhes maior autonomia e melhores instalações e estrutura física.

As mesmas conseqüências são vistas nesse primeiro semestre de 2009, a partir da inauguração de novas sedes de Cartórios Eleitorais nas seguintes cidades: Ipameri, em 13/04/2009 e Morrinhos, em 27/03/2009.

Tais edificações permitiram o atendimento de mais de um milhão e cem mil eleitores em sedes próprias, o que representa o percentual de 30,06%.

Indicador

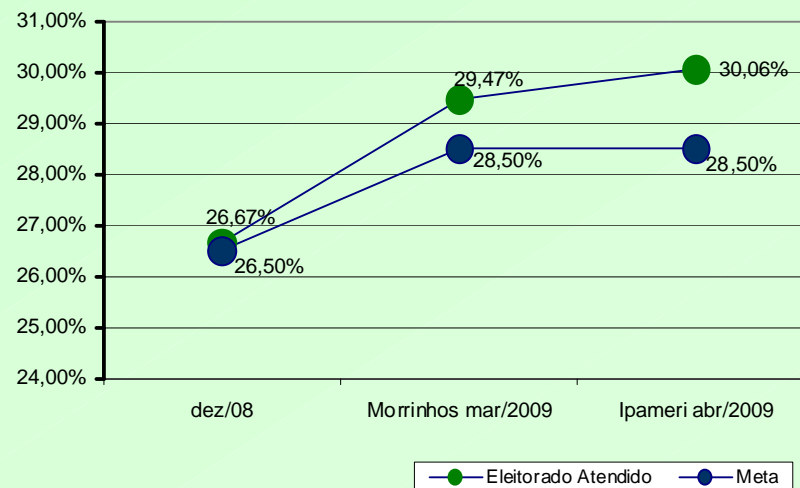
Efetividade.

Responsável/articulador

Secretaria de Administração e Orçamento

Demonstração

Evolução



SOCIEDADE

OBJETIVO: APROXIMAR A JUSTIÇA ELEITORAL DA SOCIEDADE

META 09

Implementação de ações de cidadania

Planejado

Implementar, até maio de 2009, 12 (doze) ações de cidadania visando intensificar a relação da Justiça Eleitoral com a comunidade goiana.

Situação

Meta cumprida.

Executado

No período, foram executadas 14 ações de cidadania, representadas por eleições não-oficiais na comunidade, bem como atendimentos itinerantes realizados por algumas Zonas Eleitorais.

Análise Crítica

A finalidade da presente meta é intensificar o relacionamento da Justiça Eleitoral com a comunidade, a partir de ações que contribuam para a conscientização da comunidade acerca de temas como responsabilidade social, cidadania e civismo.

Encontravam-se cadastrados dois projetos nesta meta (TRE nos Bairros e Eleições da Comunidade), os quais, somados a outras ações relacionadas à responsabilidade social, cidadania e civismo, ensejaram, conforme pretensão da meta, uma maior aproximação da Justiça Eleitoral com a sociedade.

Tal percepção pode ser aferida a partir da leitura dos indicadores da meta n. 6, que revelou alto grau de percepção positiva da imagem institucional da Justiça Eleitoral.

Indicador

Efetividade.

Responsável/articulador

Assessoria de Imprensa e Comunicação Social.

Demonstração

Não se aplica.

PROCESSOS INTERNOS

OBJETIVO: MODERNIZAR E APERFEIÇOAR AS ESTRUTURAS FÍSICAS E TECNOLÓGICAS

META 10

Número de iniciativas relacionadas ao aperfeiçoamento das rotinas administrativas

Planejado

Realizar 07 (sete) iniciativas visando o aperfeiçoamento das rotinas administrativas no âmbito do TRE/GO até maio/2009.

Situação

Meta cumprida parcialmente.

O percentual atingido foi de 85,71% oitenta e cinco, vírgula setenta e um por cento)

Executado

Foram executadas nesta gestão as iniciativas abaixo:

- 30 - Normatização dos procedimentos dos Sistemas Eleitorais;
- 31 - Consolidação de um Escritório de Projetos (EP) na STI;
- 33 - Espelhamento da legislação de sítios do Judiciário na Intranet;
- 35 - Suprimento de Fundos para as Zonas Eleitorais;
- 38 - Implementação do programa de prevenção de riscos ambientais – PPRA;
- 42- Estabelecimento de ato normativo interno que disciplina os documentos que serão protocolizados e sua destinação nas unidades do TRE/GO.

Análise Crítica

Esta meta teve por finalidade empreender continuidade à modernização da Justiça Eleitoral, por meio de ações que promovessem agilidade, racionalização e controle das operações administrativas. O resultado esperado é uma gestão eficaz com a contínua melhoria nos processos decisórios e um atendimento mais eficiente à sociedade.

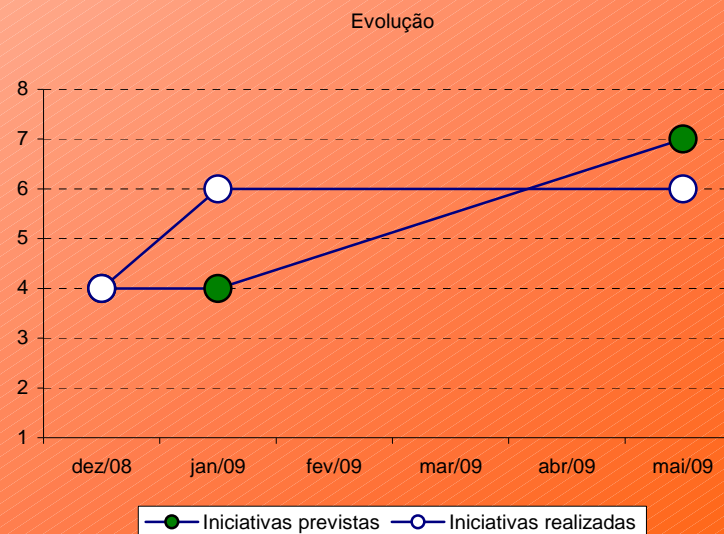
Indicador

Eficácia.

Responsável/articulador

Unidades do Tribunal

Demonstração



PROCESSOS INTERNOS

OBJETIVO: MODERNIZAR E APERFEIÇOAR AS ESTRUTURAS FÍSICAS E TECNOLÓGICAS

META 11

Implementação de projetos relacionados à segurança da informação.

Planejado

Realizar 1 (um) projeto relacionado à segurança da informação até maio de 2009.

Situação

Meta cumprida.

Executado

Foi executada nesta gestão a iniciativa/projeto de n. 44 -Autenticação centralizada de usuários.

Análise Crítica

Com a implantação da autenticação centralizada dos usuários de sistemas eletrônicos, buscou-se resguardar a integridade e confiabilidade dos sistemas informatizados da Justiça Eleitoral, bem como proporcionar um pronto e seguro acesso às informações armazenadas em seus bancos de dados.

A ferramenta permite o acesso a vários sistemas com um único *login* de usuário, minimizando problemas relacionados a um grande número de senhas para os vários acessos requeridos por um único usuário.

A centralização ainda permite a integração dos diversos sistemas informacionais da Justiça Eleitoral.

Indicador

Eficácia.

Responsável/articulador

Secretaria de Tecnologia da Informação.

Demonstração

Não se aplica.

PROCESSOS INTERNOS

OBJETIVO: MODERNIZAR E APERFEIÇOAR AS ESTRUTURAS FÍSICAS E TECNOLÓGICAS

META 12

Número de iniciativas relacionadas ao aperfeiçoamento das instalações físicas, lógicas e tecnológicas.

Planejado

Realizar 06 (seis) iniciativas estratégicas relacionadas ao aperfeiçoamento das instalações físicas, lógicas e tecnológicas.

Situação

Meta cumprida.

Foram realizadas 06 (seis) iniciativas estratégicas.

Executado

Houve o cumprimento das seguintes iniciativas estratégicas:

- ✓ Escolha dos municípios a serem contemplados com a construção de sedes de Zonas Eleitorais, a partir de critérios objetivos;
- ✓ Ampliação da sala da Seção de Gerenciamento de dados Partidários- SEGDP;
- ✓ Conclusão da obra de edificação do Anexo II do TRE/GO;
- ✓ Melhoria da infra-estrutura das instalações do auditório do Edifício Anexo;
- ✓ Reestruturação do Layout da Vice-Presidência e Corregedoria Regional Eleitoral;
- ✓ Automatização dos Equipamentos de Climatização (Ar Condicionado) e dos Circuitos de Iluminação.

Análise Crítica

Essa meta teve por finalidade disponibilizar melhores condições no atendimento aos usuários, além de propiciar melhorias na infra-estrutura dos ambientes da Justiça Eleitoral, proporcionando condições de trabalho mais adequadas para magistrados e servidores do Judiciário Eleitoral.

O ícone desta meta era sem dúvida a conclusão do Anexo II da Justiça Eleitoral, por se tratar da maior edificação realizada pelo TRE/GO desde a inauguração do Edifício do Anexo I, atual sede Administrativa, em 1998.

O moderno Edifício Desembargador Messias Souza Costa tem capacidade para abrigar todas as urnas eletrônicas da grande Goiânia, além de dispor de espaço para alocar algumas unidades administrativas do Tribunal, dentre as quais a Escola Judiciária Eleitoral, com um novo espaço funcional e adequado para treinamentos e capacitação de servidores e magistrados.

Indicador

Eficácia.

Responsável/articulador

Unidades do Tribunal.

PROCESSOS INTERNOS

OBJETIVO: MODERNIZAR E APERFEIÇOAR AS ESTRUTURAS FÍSICAS E TECNOLÓGICAS

Demonstração – Fotos da inauguração do Anexo II



PROCESSOS INTERNOS

OBJETIVO: MODERNIZAR E APERFEIÇOAR AS ESTRUTURAS FÍSICAS E TECNOLÓGICAS

Meta 13 - Implementação de projeto de reengenharia e reestruturação organizacional da tecnologia da informação

Indicador
Eficácia.

Planejado

Realizar, até dezembro de 2009, pelo menos 01 (um) projeto relacionado à reengenharia e reestruturação organizacional da Tecnologia da Informação.

Responsável/articulador:
Secretaria de Tecnologia da Informação.

Situação

Meta em Andamento.

Demonstração
Não se aplica.

Executado

As iniciativas previstas para o período encontram-se em andamento.

Análise Crítica

Como o objeto das iniciativas cadastradas demanda tempo e mais recursos, as equipes envolvidas efetuaram maiores estudos para implementação dos projetos. As análises técnicas, já em fase avançadas, possibilitarão o efetivo cumprimento da meta com bases bastante sólidas. Entretanto, neste momento, devido ao relatado, ainda remanesce em fase de ajustes finais, com viabilidade técnica de conclusão até dezembro de 2009.

São elas:

- 63 - Reestruturação de Infra-Estrutura de Rede do TRE-GO;
- 64 - Projeto de Reengenharia de infra-estrutura de TI.

PROCESSOS INTERNOS

OBJETIVO: BUSCAR A EXCELÊNCIA PROFISSIONAL

Meta 14 – Número de ações voltadas à adequação tecnológica

Planejado

Realizar 11 (onze) ações voltadas para adequação tecnológica dos serviços executados pela Justiça Eleitoral de Goiás.

Situação

Cumprimento parcial.

O percentual de cumprimento desta meta foi de 72,72% (setenta e dois vírgula setenta e dois por cento).

Executado

Das 11 (onze) iniciativas previstas para esta meta, 8 (oito) delas foram efetivamente realizadas, quais sejam:

- 65. Finalização da implantação do Módulo Folha de Pagamento no SGRH;
- 67. Estudo sobre a viabilidade de implantação de sistema de gerenciamento eletrônico de documentos no âmbito do TRE/GO.
- 68. Levantamento e divulgação de dados estatísticos obtidos através de consulta ao banco dados do cadastro nacional;
- 71. Reestruturação do Serviço de Atendimento ao Usuário;
- 72. Cálculo automático das substituições para pagamento em folha;
- 74. Justificativa Telefônica Online;
- 76. Controle de frequência através da Intranet;
- 77. Portal do servidor na internet

Análise Crítica

Esta meta pauta-se na realização de ações voltadas para a adequação tecnológica a partir do desenvolvimento de projetos tendentes a minimizar esforços gerenciais e administrativos em rotinas para as quais existe indicação de adoção de TI, e que anteriormente eram realizadas por outros meios, ou mesmo inexistiam.

As dificuldades de soluções tecnológicas estão sendo minimizadas por estudos mais acurados quanto à adequabilidade das ferramentas pretendidas.

As áreas técnicas responsáveis neste momento envidam esforços para a promoção dos estudos de otimização pertinentes aos projetos em ênfase.

Indicador

Eficácia.

Responsável/articulador

Unidades do Tribunal.

Demonstração

Não se aplica.

PROCESSOS INTERNOS

OBJETIVO: BUSCAR A EXCELÊNCIA OPERACIONAL

Meta 15 – Tempo médio de tramitação das licitações na modalidade pregão.

Planejado

Alcançar a média de 100 (cem) dias para a tramitação dos pregões na Justiça Eleitoral de Goiás.

Situação

Cumprimento parcial.

Executado:

Considerados os pregões homologados neste exercício o tempo médio de tramitação foi de 101,88 dias, o que representa 98,12% de cumprimento da meta.

Análise Crítica

O intuito da presente meta é favorecer a aplicação dos recursos orçamentários disponíveis a partir da garantia de uma duração razoável dos procedimentos licitatórios no Tribunal.

A meta em questão foi dividida em dois momentos, um em dezembro de 2008 no qual o alvo era de que os procedimentos fossem concluídos em um tempo médio de 110 (cento e dez) dias, meta efetivamente alcançada; o segundo momento, a ser apurado em maio deste ano, previu um tempo médio de 100 (cem) dias, e a contagem apurada foi levemente superior ao planejado, embora quase que irrisório (101,88 dias), sem contudo, acarretar qualquer prejuízo à aplicabilidade dos recursos ao encargo da Justiça Eleitoral.

Para aferir esse somatório foram considerados os 9 (nove) pregões, homologados neste primeiro semestre.

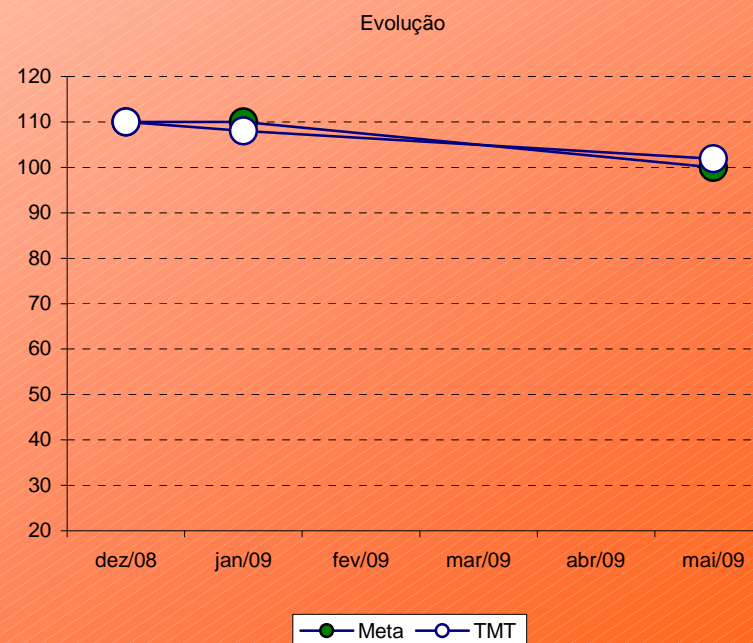
Indicador

Eficácia.

Responsável/articulador

Secretaria de Administração e Orçamento.

Demonstração



PROCESSOS INTERNOS

OBJETIVO: BUSCAR A EXCELÊNCIA OPERACIONAL

Meta 16 – Disponibilização dos dados estatísticos do TRE-GO

Planejado

Disponibilizar, em etapas programadas, os dados estatísticos estratégicos do Tribunal Regional Eleitoral. Para este momento a meta prescreve a disponibilidade de 70% (setenta por cento) dos dados estatísticos.

Situação

Meta cumprida.

Executado

Foram disponibilizados na intranet mais de 70% dos dados estatísticos estratégicos mapeados para publicação no período. As referidas informações podem ser acessadas pelo seguinte endereço: [intranet/DG/ Assessorias/ Pesquisa e Estatística/informações institucionais](#).

Análise Crítica

A grande demanda por soluções na área de tecnologia da informação no período eleitoral havia comprometido inicialmente o cronograma de disponibilização da primeira parte de dados estratégicos na página da Assessoria de Pesquisa e Estatística. Todavia, o atraso verificado inicialmente foi superado e os dados, então mapeados, foram efetivamente disponibilizados.

A disponibilização de tais dados antecipa-se à recomendação do Conselho Nacional de Justiça, presente nas metas de alinhamento estratégico definidas na Resolução CNJ n. 70/2009, que requer a divulgação dos dados estatísticos dos órgãos do Poder Judiciário.

Indicador

Eficácia.

Responsável/articulador

Diretoria-Geral

Demonstração

Não se aplica.

PROCESSOS INTERNOS

OBJETIVO: BUSCAR A EXCELÊNCIA OPERACIONAL

Meta 17 – Manutenção do sistema de gestão da qualidade com base na metodologia da Norma ISO 9001.

Planejado

O planejado para a presente meta foi a manutenção do Sistema de Gestão da Qualidade do TRE/GO, hoje certificado pela Norma ISO 9001:2000, garantindo-se, ainda, a expansão do escopo de certificação para um dos Gabinetes dos Juízes Membros do Tribunal.

Situação

Meta cumprida.

Executado

Após duas etapas de auditorias externas conduzidas pelo ICQ - Instituto de Certificação Qualidade Brasil, ocorridas respectivamente nos dias 16 e 22 e 23 de abril, o Sistema de Gestão da Qualidade do Tribunal Regional Eleitoral logrou êxito na missão de ser recomendado para a re-certificação, com expansão do escopo de certificação assim descrito: "Protocolização, autuação e distribuição pela Secretaria Judiciária e processamento pelo GBJD1 dos *Habeas Corpus*, Mandados de Segurança, Ações Cautelares e Recursos Eleitorais das decisões judiciais de 1º grau de jurisdição.

Análise Crítica

A manutenção do Sistema de Gestão da Qualidade do TRE/GO é a representação da constante preocupação da Justiça Eleitoral com o

atendimento de seus clientes, dado que a Certificação ISO 9001:2000 garante a aderência das atividades descritas no escopo de certificação a preceitos de padronização internacionais da qualidade, revelando, em última análise, o direito de ostentar um selo de excelência nos serviços prestados pela Justiça Eleitoral de Goiás. Nesse contexto, importante destacar que o Regional goiano faz parte do seletivo grupo de Tribunais contemplados com este certificado.

Ademais, a expansão do escopo de certificação, com a inclusão do Gabinete da Juíza Membro, Dra. Ilma Vítório Rocha, é de relevância ímpar para os registros de conquistas deste Regional, pois se trata do primeiro ente da Justiça Eleitoral, com poderes eminentemente jurisdicionais, a alcançar um certificado desse valor. Vale frisar ainda, que, pelo que se tem notícia, a certificação em questão, voltada para o processamento das classes processuais apontadas no certificado, só encontra paradigma no Supremo Tribunal Federal, especificamente, no Gabinete do Ministro Ricardo Lewandowski.

Indicador

Eficácia.

Responsável/articulador

Diretoria-Geral

Demonstração

Não se aplica

PROCESSOS INTERNOS

OBJETIVO: BUSCAR A EXCELÊNCIA OPERACIONAL

Meta 18 – Número de realização das iniciativas estratégicas.

Planejado

A proposta para tal meta é a realização, até maio de 2009, de 21 (vinte e duas) iniciativas estratégicas.

Situação

Cumprimento parcial da Meta.

O percentual de realização foi de 76,19% (setenta e seis vírgula dezenove por cento).

Executado

Foram executadas as seguintes iniciativas:

4. Coleta Seletiva Solidária;
6. Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral;
7. Apresentação de relatório da taxa de congestionamento;
9. Instalação de Terminal de Auto-Atendimento para advogados, estagiários etc;
14. Transparência Orçamentária;
15. Folder informativo dos candidatos – ELEIÇÕES/2008;
21. Divulgação institucional;
22. Conclusão da sede própria do Cartório Eleitoral de Uruaçu;
25. Reforma do Cartório Eleitoral de Ipameri;
27. Eleições da Comunidade;
62. Reestruturação do DG telefônico;
80. Concessão imediata do Adicional de Qualificação;
81. Extensão do "PANDION" às Zonas Eleitorais;
84. Clube do Livro;
95. Biblioteca Virtual SAO;
96. Gestão por Competências.

Análise Crítica

A pretensão da meta 18 é aferir, por amostragem, a realização das iniciativas estratégicas cadastradas no planejamento, nesse sentido, pode-se perceber um desempenho satisfatório, representado pelo percentual de 76,19% (setenta e seis vírgula dezenove por cento).

Indicador

Eficácia.

Responsável/articulador

Diretoria-Geral

Demonstração:



Iniciativa n. 9 - Terminal de Auto-atendimento.

PROCESSOS INTERNOS

OBJETIVO: BUSCAR A EXCELÊNCIA OPERACIONAL

Demonstração - Fotos das inaugurações

14ª Zona Eleitoral - Ipameri



50ª Zona Eleitoral – Uruaçu



PROCESSOS INTERNOS

OBJETIVO: BUSCAR A EXCELÊNCIA OPERACIONAL

Meta 19- Realizar o Plano Anual de Auditoria

Planejado

Implantar até maio de 2009 o Plano Anual de Auditoria.

Situação

Meta cumprida.

Executado

Plano apresentado.

Análise Crítica

O Plano Anual de Atividades de Auditoria proposto pela Coordenadoria de Controle Interno subdivide-se em: plano de auditoria operacional, plano de auditoria de avaliação de gestão, plano de auditoria de acompanhamento de gestão e plano de auditoria contábil-financeira.

Todas as fases do plano foram programadas e devidamente apresentadas, permitindo à Coordenadoria de Controle Interno a utilização de ferramental teórico próprio para avaliar a eficiência e confiabilidade dos controles internos de cada unidade, bem como a observância das normas, manuais e fluxos internos relativos às próprias atividades administrativas do Tribunal, permitindo, ainda, a atuação tempestiva sobre os atos de gestão, além de verificar os registros contábeis e financeiros.

Indicador

Eficácia.

Responsável/articulador:

Coordenadoria de Controle Interno

Demonstração

Não se aplica.

Aprendizado e Crescimento

Objetivo: Promover um clima organizacional positivo

Meta 20 - Implementar pelo menos uma ação de melhoria do clima organizacional com base nas últimas pesquisas

Indicador
Eficácia.

Planejado

Implantar até maio de 2009 uma ação de melhoria.

Responsável/articulador

Secretaria de Gestão de Pessoas

Situação

Meta cumprida.

Demonstração

Não se aplica

Executado

Com foco na melhoria do Clima Organizacional, propagou-se a Campanha de *Endomarketing*, a partir da criação de uma ferramenta de comunicação digital com informações de interesse corporativo para divulgação institucional.

Análise Crítica

A campanha de *endomarketing* desenvolvida pela Secretaria de Gestão de Pessoas agregou modernas ferramentas de comunicação a partir de um programa denominado PCIT, contendo o painel PCIT; *e-news* periódicas e o denominado PCIT saudável.

Tais ferramentas são instrumentos valiosos de divulgação institucional, e auxiliam na melhoria da comunicação entre a instituição e os servidores, o que pode contribuir para incremento do clima organizacional positivo.

Aprendizado e Crescimento

Objetivo: Promover um clima organizacional positivo

Meta 21 – Número de ações de integração

Planejado

Implantar, até maio de 2009, 6 (seis) ações de integração.

Situação

Meta cumprida.

Executado

Foram realizadas no período 07 (sete) ações de integração:

- ✓ Seminário de avaliação de eleições;
- ✓ Semana do servidor;
- ✓ Campanha de natal;
- ✓ Semana da saúde;
- ✓ Comemoração do dia da mulher;
- ✓ Campanha do carnaval – Neste Carnaval pule a AIDS;
- ✓ Ciclo de palestras – realização das palestras.

Análise Crítica

A finalidade da presente meta está relacionada com a melhoria da integração entre as diversas unidades do Tribunal, de modo a propiciar uma ambiência de trabalho mais favorável ao desenvolvimento institucional.

Indicador

Eficácia.

Responsável/articulador

Secretaria de Gestão de Pessoas

Demonstração

Não se aplica

Aprendizado e Crescimento

Objetivo: Promover um clima organizacional positivo

Meta 22 – Ações de Qualidade de Vida no Trabalho

Planejado

Promover, até maio de 2009, 6 (seis) ações de qualidade de vida no trabalho.

Situação

Meta cumprida.

Executado

Foram realizadas no período 06 (seis) ações de qualidade de vida no trabalho:

- ✓ Campanha de vacinação;
- ✓ Palestras sobre qualidade de vida;
- ✓ Reajuste do auxílio-transporte na Justiça Eleitoral;
- ✓ Pagamento de passivos trabalhistas devidos aos servidores do TRE/GO;
- ✓ Manutenção da bolsa para os servidores estudantes de cursos de graduação e pós-graduação;
- ✓ Dia da saúde bucal.

Análise Crítica

Esta meta tem profunda ligação com o objetivo estratégico de promover um clima organizacional positivo, uma vez que seu propósito maior é a melhoria da qualidade de vida no ambiente de trabalho, razão para a qual todos os eventos listados contribuem de forma direta.

Indicador

Eficácia.

Responsável/articulador

Secretaria de Gestão de Pessoas

Demonstração

Não se aplica

Aprendizado e Crescimento

Objetivo: Desenvolver competências profissionais

Meta 23 – Número de eventos destinados à disseminação do conhecimento

Planejado

Realizar, até maio de 2009, 10 (dez) eventos destinados à disseminação do conhecimento.

Situação

Meta cumprida.

Executado

Foram executados os seguintes eventos:

- ✓ Entendendo a estratégia;
- ✓ Curso de Português Jurídico;
- ✓ Curso de Interpretação da Norma ISO;
- ✓ Curso de comunicação, liderança e trabalho em equipe;
- ✓ Curso módulo de remessa do diário eletrônico;
- ✓ Curso de relacionamento interpessoal;
- ✓ Curso de segurança;
- ✓ Curso de UML;
- ✓ Curso de BrOffice;
- ✓ Curso de Regimento Interno.

Análise Crítica

O desenvolvimento de competências profissionais no Tribunal é posto como prioridade que se materializa na disponibilização de ações de treinamento, o que englobou para a presente meta 10 (dez) eventos de disseminação de conhecimento, alcançando praticamente todo o quadro de servidores.

Indicador

Eficácia.

Responsável/articulador

Secretaria de Gestão de Pessoas

Demonstração

Não se aplica

Aprendizado e Crescimento

Objetivo: Desenvolver competências profissionais

Meta 24 – Percentual de responsáveis de área capacitados em gestão.

Planejado

Capacitar 100% (cem por cento) dos responsáveis de área no Tribunal em ferramentas de gestão.

Situação

Meta parcialmente cumprida.

Executado

Em maio de 2009 o percentual de responsáveis de área capacitados alcançou 97,44% (noventa e sete, vírgula quarenta e quatro por cento), considerados como responsáveis os chefes de seção, assessores, coordenadores e secretários.

Análise Crítica

A finalidade da presente meta está voltada para o desenvolvimento das competências profissionais dos servidores que ocupam as cadeiras responsáveis pelas atividades táticas e gerenciais, potencializando suas capacidades de modo a melhorar o desempenho institucional da Justiça Eleitoral.

Indicador

Eficácia.

Responsável/articulador

Secretaria de Gestão de Pessoas

Demonstração

Não se aplica

Aprendizado e Crescimento

Objetivo: Desenvolver competências profissionais

Meta 25 – Implantar Gestão por Competências no âmbito da Justiça Eleitoral de Goiás

Planejado

Implantação de Projeto de Gestão por Competências no TRE/GO

Situação

Meta cumprida.

Executado

Primeira etapa da Gestão por Competências efetivamente implantada neste mês de maio de 2009.

Análise Crítica

A proposta da Gestão por Competências é o aprimoramento das competências funcionais na Justiça Eleitoral, a partir da identificação e desenvolvimento das competências técnicas necessárias para a ocupação dos cargos e funções existentes no Tribunal.

Nessa etapa do projeto, constatou-se, inclusive, o desenvolvimento de um *software* destinado à realização das avaliações profissionais, o qual foi alvo de reconhecimento externo pela Sociedade Goiana de Recursos Humanos, sendo agraciado com o prêmio “Ser Humano Goiás 2009”, na categoria órgão público, modalidade Tecnologia para Recursos Humanos.

Esta meta tem profunda ligação com o objetivo estratégico de desenvolvimento de competências profissionais. No contexto de incertezas, a efetividade da gestão nas organizações públicas requer competências diferenciadas do seu capital humano para posicionamento e desenvolvimento, e assim o alcance de tal meta é primordial para a qualidade do trabalho da Justiça Eleitoral.

Indicador

Eficácia.

Responsável/articulador

Secretaria de Gestão de Pessoas.

Demonstração

Não se aplica.

ORÇAMENTO

OBJETIVO: ASSEGURAR UMA GESTÃO EFICIENTE, EFICAZ, EFETIVA, QUE ZELE PELA EQUIDADE E ECONOMICIDADE DA EXECUÇÃO DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS DA JUSTIÇA ELEITORAL

META 26 - OTIMIZAÇÃO DO GASTO PÚBLICO

Planejado

A pretensão inserta nesta meta é assegurar uma gestão eficiente, eficaz e efetiva dos recursos orçamentários a cargo deste Tribunal, primando, ainda, pela equidade e economicidade na execução de tais montantes, atentando-se para a necessidade de realizar, até dezembro de 2008, as iniciativas estratégicas n. 99, 100, 101 e 103.

Situação

Dos 04 projetos cadastrados, três alcançaram pleno êxito.

Executado

As iniciativas estratégicas de n.s 99 (Reduzir, até outubro de 2008, em 29% os recursos então inscritos em restos a pagar); 101 (Executar até dezembro de 2008, 96% do Orçamento de Investimento); e 103 (Executar 93% do orçamento de custeio até dezembro de 2008), foram cumpridas integralmente.

Quanto à Iniciativa n. 100 (Inscrever, no exercício de 2008, no máximo 7% do Orçamento Total – OCC em restos a pagar), as medições apontam um índice de 26,24% do Orçamento Total (excluído pessoal) inscrito em restos a pagar, mas na verdade reflete um percentual bem menor que a média histórica apurada.

Análise Crítica

Os números relativos à execução orçamentária da Justiça Eleitoral no último exercício financeiro foram bastante positivos, com elevados índices de execução do orçamento nas categorias econômicas custeio e investimento.

Viu-se, no período, uma sensível redução da inscrição de recursos em restos a pagar em relação aos números históricos, o que expõe elevado grau de comprometimento com a execução orçamentária tempestiva dos recursos à disposição da Justiça Eleitoral, posto que o total do orçamento inscrito em restos a pagar foi da ordem de 5,16%, revelando, na verdade, o menor percentual dos últimos 5 anos, quando se toma como parâmetro o orçamento global (LOA+Créditos), conforme adiante demonstrado.

Por fim, o presente indicador não prejudicou o desempenho da gestão ou mesmo significou a perda de recursos orçamentários. Neste momento, os recursos em restos a pagar representam somente 12,88% do que foi inscrito, o que significa uma redução bem acentuada em relação ao patamar alcançado em dezembro passado.

Indicador

Efetividade.

ORÇAMENTO

OBJETIVO: ASSEGURAR UMA GESTÃO EFICIENTE, EFICAZ, EFETIVA, QUE ZELE PELA EQUIDADE E ECONOMICIDADE DA EXECUÇÃO DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

Demonstração

INICIATIVA	OBJETO	RESULTADO ALCANÇADO
Iniciativa 99	Reduzir, até outubro de 2008, em 29% os recursos hoje inscritos em restos a pagar.	43,85%
Iniciativa 100	Inscrever, no exercício 2008, no máximo 7% do Orçamento Total – OCC em restos a pagar	26,24%
Iniciativa 101	Executar, até dezembro de 2008, 96% do Orçamento de Investimento.	99,99 %
Iniciativa 103	Executar 93% do orçamento de custeio até dezembro de 2008	97,02%

Evolução dos Restos a Pagar – Orçamento Global

Ano	VALORES INSCRITOS	PAGO	CANCELADO	LOA+CREDITOS	% INSCRITO	% CANCELADO
2004	6.627.430	5.112.360	1.515.069	45.205.611	14,66%	22,86%
2005	4.289.800	3.008.272	1.268.573	58.202.539	7,37%	29,57%
2006	5.871.000	4.980.362	846.593	71.035.410	8,26%	14,42%
2007	4.472.505	3.938.668	322.321	85.605.351	5,22%	7,21%
2008	4.788.205	3.691.348	483.978	92.841.738	5,16%	10,11%

Responsável/articulador

Secretaria de Administração e Orçamento

ORÇAMENTO

OBJETIVO: ASSEGURAR UMA GESTÃO EFICIENTE, EFICAZ, EFETIVA, QUE ZELE PELA EQUIDADE E ECONOMICIDADE DA EXECUÇÃO DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

META 27 – PERCENTUAL DE AÇÕES ESTRATÉGICAS ATENDIDAS COM RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

Planejado

Assegurar uma gestão eficiente, eficaz e efetiva dos recursos orçamentários a cargo deste Tribunal, primando, ainda, pela equidade e economicidade na execução de tais valores.

Situação

Meta cumprida.

Executado

Durante a execução do Planejamento Estratégico 2008-2010 em nenhum momento qualquer iniciativa estratégica foi postergada ou considerada inviável por motivo de ausência de recursos orçamentários.

Análise Crítica

A garantia de realização das pretensões finalísticas do Planejamento Estratégico veio consubstanciar a priorização de recursos orçamentários para as ações focadas.

No contexto das 27 metas estratégicas, nem sequer houve a iminência de se excluir alguma ação estratégica por falta de recursos, o que demonstra alto grau de comprometimento da administração superior com a execução do presente planejamento, mesmo em cenários de restrições orçamentárias.

Indicador

Efetividade

Responsável/articulador

Diretoria-Geral

Demonstração

Não se aplica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS - EXPOSIÇÃO DA SITUAÇÃO DA JUSTIÇA ELEITORAL

Como assinalado na abertura deste Relatório, o Regimento Interno do Tribunal, Resolução TRE/GO n. 115/2007, prevê a incumbência à Presidência (art. 17, inc. XXXVI) de apresentar, no início de suas atividades, seu plano de gestão, e, ao término, o relatório que aponte a situação da Justiça Eleitoral no Estado e suas necessidades para a próxima administração, relatando eventuais problemas relacionados ao serviço eleitoral.

Assim, apresentado o relatório final do Planejamento Estratégico, segue o extrato consolidado da situação da Justiça Eleitoral no aspecto orçamentário, bem assim algumas considerações acerca das principais necessidades para a próxima gestão.

NECESSIDADES PARA A PRÓXIMA ADMINISTRAÇÃO

A próxima administração tem um desafio denominado pelo Conselho Nacional de Justiça de Plano Estratégico Nacional, hoje consolidado no Anexo I da Resolução CNJ n.º 70/2009, o qual sintetiza para o Judiciário um alinhamento estratégico comum, consubstanciado na Missão, Visão e Valores Institucionais, agregados em 8 (oito) grandes temas de interesse, sobre os quais se distribuem 15 (quinze) objetivos estratégicos comuns aos órgãos do Judiciário.

Tais premissas deverão ser incorporadas ao atual Planejamento Estratégico do TRE/GO, impondo-lhe modificações, em especial, uma nova análise de cenários e validação do direcionamento institucional a partir das novas premissas estabelecidas na Missão, Visão e Valores Institucionais, além da necessidade de se contemplar os 15 (quinze) objetivos estratégicos estabelecidos pelo Conselho, os quais se distribuem nas perspectivas/painéis do *Balanced Scorecard*, ensejando, também, algumas modificações no mapa estratégico da Justiça Eleitoral Goiana. O alinhamento estratégico determinado pelo Conselho Nacional de Justiça requer da Justiça Eleitoral de Goiás a reavaliação de alguns instrumentos regulatórios particulares, em especial, o Regimento Interno e o Regulamento Interno.

Quanto ao Regimento Interno a adaptação ora aventada diz respeito ao disposto no artigo 17, inc. XXXVI e no artigo 13, inc. XXVIII, os quais se referem à apresentação, pelo Presidente, do seu Plano de Gestão e posterior aprovação, pelo Tribunal Pleno, do referido documento. Ocorre que, doravante, por força da Resolução CNJ n. 70/2009, os órgãos do Judiciário fixarão o seu norte institucional no direcionamento estratégico estabelecido pelo citado Conselho, impondo aos gestores dos órgãos do Judiciário o alinhamento de suas ações planejadas sob um enfoque de médio e longo prazo, a exemplo da fixação de um planejamento de 5 (cinco) anos.

Nesse passo, o comando Regimento Interno a requerer a apresentação do Plano de Gestão perde parcialmente seu objeto na medida em que o TRE/GO adota um planejamento mais abrangente, mormente pelo fato desses instrumentos de gestão serem conceitualmente distintos, pois o Plano de Gestão tem abrangência e validade temporal limitado, ao tempo em que o Planejamento Estratégico abarca não só um período maior de vigência, como também agrega a si uma ferramenta mais dinâmica e completa de gestão, situação que justifica a revisão conceitual dos preceitos regimentais em apreço.

Em relação ao Regimento Interno são exigidas determinadas adequações nos pontos em que é referenciado o Plano de Gestão, bem como naqueles que tratam das Assessorias de Planejamento, tendo em vista a necessidade de estruturação dos Núcleos de Gestão Estratégica, conforme disposições do art. 3º, § 2º, da Resolução CNJ nº 70/2009.

Fora o desafio de adaptar o Planejamento Estratégico remanesce ainda a necessidade de dar continuidade a projetos estruturantes hoje consubstanciados em ações requeridas pelo Tribunal Superior, *in casu*, a implantação da biometria para a identificação de eleitores e a substituição, até 2011, das urnas convencionais pelas urnas biométricas.

Também no campo dos projetos estruturantes – pela relevância social que lhes é inerente - há que atentar para a continuidade das pretensões insculpidas nas Metas 1 e 2 do presente Planejamento Estratégico, inseridas na perspectiva da Sociedade, pelas quais se pretende a implementação de ações de racionalização dos recursos naturais e o desenvolvimento de ações de conscientização ambiental daqueles que se relacionam com a Justiça Eleitoral, respectivamente, atividades que deverão ter papel estratégico relevante, já havendo, para o desincumbir desses projetos, a designação de uma Comissão Ambiental permanente, nos termos da Portaria Presidência n.º 101/2009.

PROBLEMAS RELACIONADOS AO SERVIÇO ELEITORAL

A Justiça Eleitoral se apresenta como paradigma de excelência, competência e dinamismo na atuação jurisdicional. Sua posição precursora na adoção de novas tecnologias em sua atividade fim, consubstanciada na utilização das Urnas Eletrônicas, a põem como alvo das atenções dos demais órgãos públicos que esperam dela a constante demonstração de melhores práticas; noutra frente, também os clientes da Justiça Eleitoral esperam que sua atuação seja cada vez mais célere, o que pode significar a necessidade de um rompimento tecnológico, caracterizado pelas constantes quebras de paradigmas, em especial, em razão da constante cobrança da sociedade por celeridade e qualidade na prestação dos serviços públicos.

Que dizer então do fato de apenas 21 (vinte e uma) Zonas Eleitorais funcionar em prédios próprios, outras 10 (dez), em prédios locados, considerado o universo de 130 (cento e trinta) Zonas Eleitorais, situação que representa um sério problema estrutural e um grande desafio administrativo.

A preocupação quanto a isso é notória, tanto que o Plano Plurianual da Justiça Eleitoral tem sido preparado de modo a reverter tal quadro. De ver-se que somente em Goiás o Plano Plurianual (PPA) está a anunciar que até 2011, poderão ser alocados recursos para a construção de sedes em mais de 06 (seis) Zonas Eleitorais, impelindo os gestores na Justiça Eleitoral a priorizar esforços gerenciais de modo a minimizar tais disfunções referentes à infra-estrutura, reconhecendo que melhor abrigar as Zonas Eleitorais é parte indissociável de sua missão institucional.

Por fim, outro desafio a ser mencionado diz respeito à existência de passivos trabalhistas, correspondentes a benefícios financeiros já reconhecidos aos servidores e Juízes da Justiça Eleitoral. Tais valores, em que pese serem alvo de constante atenção dos gestores, por terem sido constituídos há muito tempo e constarem, sistematicamente, das propostas orçamentárias dos Regionais Eleitorais, os mesmos, por ocasião da aprovação da Lei Orçamentária Anual, deixam de ser efetivamente alocados em sua integralidade, ensejando uma situação de inadimplemento contínuo, agravado pela sensível e preocupante incidência de juros e correção monetária, que elevam ainda mais o montante de tais passivos, fazendo persistir os prejuízos de ordem financeira aos servidores e juizes que se vêem impedidos do justo recebimento dos valores que lhes foram devidamente reconhecidos.

CONCLUSÃO

Os fundamentos e melhores práticas presentes no Planejamento Estratégico têm se revelado, enquanto ferramenta de gestão, como um mecanismo indispensável à administração das organizações públicas. O grande valor estratégico trazido pelo planejamento está em permitir aos gestores a fixação prévia de um direcionamento institucional e o posterior e constante monitoramento de sua atuação de modo a atingir os marcos de realização antes estabelecidos, sendo certo que a ferramenta do *Balanced Scorecard* - *BSC*, agregada ao Planejamento Estratégico, permite uma melhor leitura do desempenho, daí a recente difusão da mesma entre os órgãos da Administração Pública.

A consolidação do instrumental teórico do Planejamento Estratégico na Justiça Eleitoral Goiana indica a trilha do caminho certo ao completar, nesse momento, três anos de imersão nas práticas do planejamento, sendo que esta versão, ora exposta, encontra-se apresentada sob a concepção de abarcar não apenas uma gestão anual, mas um período maior, coincidindo, parcialmente, com a vigência do Plano Plurianual.

Tal característica permite, por assim dizer, a antecipação da determinação contida no artigo 2º, da Resolução CNJ n. 70/2009, que estabelece o prazo, até dezembro de 2009, para que os órgãos do Judiciário construam e aprovelem planejamentos estratégicos, alinhados ao Plano Estratégico Nacional, cuja abrangência mínima será de 5 (cinco) anos, o que requer deste Regional, hoje familiarizado com os conceitos de um planejamento de longo prazo, ajustes pontuais, os quais, vale dizer, serão mais facilmente enfrentados em razão da linguagem do Planejamento Estratégico estar suficientemente difundida no TRE/GO.

A presente exposição da execução das metas propostas no Planejamento Estratégico 2008-2010, com a descrição dos resultados decorrentes do cumprimento pelas Unidades Administrativas das iniciativas estratégicas revelou, como demonstrado, o bom desempenho deste Tribunal ao completar 96% (noventa e seis por cento) das metas propostas para o período, o que sem dúvida veio contribuir para a consolidação da vigente estrutura organizacional da Justiça Eleitoral, corroborando para o cumprimento da Missão Institucional desta Justiça Especializada de garantidora do exercício efetivo da soberania popular, ao proporcionar aos cidadãos serviços de qualidade, de forma célere, eficaz, com foco na melhoria contínua.

Goiânia, maio de 2009.

Desembargadora Beatriz Figueiredo Franco
Presidente